

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Política social é central no plano de governo da candidata Simone Tebet.....3

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin assume discussão trabalhista em conversas reservadas com o empresariado.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O futuro das entidades empresariais e sindicais (Artigo).....7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria do aço avança no Brasil e se reinventa em cenário desafiador.....9

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Presidente cita informações falsas sobre fraude nas urnas e Covid-19 - AGÊNCIA LUPA
.....10

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gastar mais, mas cuidar do Tesouro (Editorial).....12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Elites e a corrupção legalizada - MICHAEL FRANÇA.....13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote anti-inflação reanima fundos verdes e turbina emprego nos EUA.....15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado reduz projeção de inflação para 2023 após 19 semanas de alta.....16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Piauí com olho no futuro - RAUL VELLOSO.....17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

A fome está escancarada (Editorial).....19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

A fome está escancarada (Editorial).....20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Em uma década, renda média do trabalho só cresceu na agropecuária.....21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Economistas preveem inflação no Brasil abaixo de 7% em 2022.....24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Por que o comércio entre Brasil e Portugal não cresce? (Artigo).....	25
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
No "JN", Bolsonaro nega atos na pandemia e reluta em aceitar resultado da eleição	26
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Compromisso com condição.....	28
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Fome e memória blindam lulismo no nordeste.....	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO	
Orçamento de 2023.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula promete rediscutir acordo entre Mercosul e União Européia, se eleito.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Economia reage, mas deixa problemas para o próximo ano (Editorial).....	32

Política social é central no plano de governo da candidata Simone Tebet

*Por Elena Landau**

Em coluna publicada neste jornal, no dia 6 de agosto, Pablo Ortellado faz uma análise do programa da candidata Simone Tebet. O subtítulo frisava: "seu programa de social, embora bem elaborado, não tem destaque, nem dimensão". Discordo, uma leitura atenta ao programa da candidata mostra o quanto a política social é central no Plano de Governo.

No centro das diretrizes econômicas propostas pela candidata está a política social. Em todas as apresentações feitas por ela ou por nós, que fazemos parte da equipe, a meta de superação da miséria, redução de pobreza e desigualdades é a base do projeto. Todas as propostas buscam esses objetivos: da ênfase na educação à economia verde, o foco é justiça social. Suas propostas vão desde os cuidados com a primeira infância e adolescentes à inclusão produtiva dos adultos.

Para isso, a primeira medida anunciada pela senadora foi a criação de uma Secretaria da Criança e do Adolescente ligada diretamente à Presidência da República. A criança - e a família em seu entorno - será o centro das políticas públicas transversais, que tratarão da saúde à violência doméstica. Buscará a recomposição de aprendizagem e o estímulo à permanência na escola até o final do ensino médio. Cursos de capacitação serão definidos em parceria com municípios e setor privado, para conectar melhor aptidões e demanda do mercado.

A **reforma tributária** atacará a regressividade do imposto de renda e a administrativa buscará melhorar a qualidade dos serviços públicos. A pobreza é ainda mais cruel quando tantos vulneráveis não têm acesso ao básico, nem moradia sequer.

Para a Amazônia, os objetivos serão amplos. Além de manter a floresta em pé, a economia de baixo carbono criará oportunidades para jovens de uma região que hoje possui os piores indicadores sociais do país.

Talvez o colunista não tenha percebido que a política social perpassa todas as iniciativas, tendo assim sentido falta de um "destaque". Ela está lá, em cada iniciativa.

Uma política social de superação da pobreza só ocorre

quando há geração de renda pelo trabalho de forma autônoma. Em outras palavras, a política social de superação da pobreza requer a inclusão ao trabalho bem-sucedida.

Simone Tebet se comprometeu com a aprovação da Lei de Responsabilidade Social, é relatora do PL proposto por Tasso Jereissati. Essa lei é mais completa que o atual Auxílio Brasil, pois dá mais a quem mais precisa, como famílias com filhos. Prevê a criação do programa Mais Educação, uma poupança para quem terminar o ensino médio, e um seguro família, para manter renda em face à volatilidade dos ganhos dos mais vulneráveis.

No seu plano de governo, as transferências de renda são um componente, um meio, e não um fim em si mesmo. Indispensável, mas não suficiente, ao desenho de uma política de superação da pobreza.

O Artigo 6ª da Constituição Federal define uma série de direitos sociais a que todo brasileiro deveria ter acesso: educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, segurança etc. Uma forma de definir pobreza seria associá-la à violação de algum desses direitos. Por vezes, a extrema pobreza é definida como a falta de garantia do direito à alimentação, especialmente em um momento em que a insegurança alimentar atinge milhões de brasileiros.

Uma política robusta de combate e superação da pobreza precisa sim atentar para a oferta de bens e serviços básicos. E, mais além, como o trabalho é também um direito social, buscar a inclusão produtiva. A combinação da transferência de renda, acesso a bens e serviços básicos e a inclusão ao trabalho parece ser mais digna do nome "política social".

Todo ser humano, vulnerável ou não, tem uma enorme potência e capacidade dentro de si. O alívio da pobreza e da fome é urgente e precisa ser imediato. Mas não nos esqueçamos de que o ser humano nasceu para brilhar, não para passar fome.

O Brasil pode entregar e colher mais. Precisamos buscar e elaborar o projeto de vida de cada família vulnerável, entregar todos seus direitos sociais e apoiá-las na realização dos seus sonhos. Política Social é mais do que transferência de renda e combate à fome. É, uma vez aliviada a pobreza,

garantir a autonomia e o brilho dos que mais precisam.

*Elena Landau é economista e coordenadora do programa econômico da candidata Simone Tebet

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2022/08/politica-social-e-central-no-plano-de-governo-da-candidata-simone-tebet.ghtml>

Alckmin assume discussão trabalhista em conversas reservadas com o empresariado

BRASÍLIA e SÃO PAULO - O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sinalizou a empresários que Geraldo Alckmin, seu vice na chapa à presidência da República, pode liderar as discussões sobre mudanças na legislação trabalhista. Aliados do ex-presidente afirmam que a proposta tem aparecido com frequência nas conversas reservadas com o empresariado. Se eleito, o ex-presidente quer fazer uma discussão ampla sobre as mudanças antes de propor alterações nas regras trabalhistas num modelo que foi testado nos seus dois mandatos na Presidência.

Diante da receptividade do empresariado à ideia, o que era uma sugestão vem ganhando contornos concretos e Alckmin passou a ser um porta-voz do posicionamento de Lula a respeito da legislação trabalhista em eventos dos quais participa sozinho com empresários.

Em encontro fechado com cerca de 20 empresários do grupo de líderes empresariais, Alckmin disse que as propostas de mudanças de um eventual governo de Lula não iriam rever o princípio do acordado sobre legislado, base da reforma trabalhista aprovada no governo **Temer**. Alckmin garantiu também que não haverá a volta do imposto sindical.

O programa do PT fala em uma nova legislação trabalhista, com atenção a autônomos, trabalhadores domésticos, teletrabalho e trabalhadores por app. Também defende respeitar decisões de financiamento solidário e democrático da estrutura sindical.

Apesar de o PT ter feito adaptações no discurso de campanha em relação à proposta de um revogaço na reforma trabalhista de **Temer**, esse assunto continua sendo um dos mais sensíveis para os empresários do setor produtivo. O tema é o mais recorrente nas conversas com os empresários junto com a **reforma tributária**. No mercado financeiro, a preocupação é com o fim do teto de gastos e o que Lula, se eleito, vai colocar no lugar.

O próprio Lula já se posicionou contra o imposto sindical. A gente não precisa de imposto sindical. O que a gente quer é que seja determinado por lei que os trabalhadores e a assembleia livre e soberana decidam qual é a contribuição dos filiados, disse ele em abril.

Mas as centrais sindicais cobram que haja alguma contribuição e cláusulas que estimulem a sindicalização e negociação coletiva. No passado, o PT chegou a discutir uma proposta de acordos coletivos específicos de uma jornada mais flexível desde que passasse pelo sindicato. O tema não avançou.

Como mostrou o Estadão, Alckmin recebeu a missão de ampliar a interlocução com representantes do agronegócio, saúde, mercado financeiro e cultura. O ex-governador passou a despachar do QG da campanha petista, com sala próximo a de Lula, e ganhou equipe própria para articular sua agenda.

O fato de o Geraldo sentar com as partes para buscar um aperfeiçoamento da lei trabalhista é muito bom. A reforma não deve ser considerada uma etapa estanque. Deveria ser considerada como um processo que continuamente precisa ser aperfeiçoado, diz o professor de Relações do Trabalho da FEA-USP, José Pastore.

Ele destaca que no início da corrida presidencial, Lula e Ciro Gomes, candidato do PDT, falavam em revogar a reforma de **Temer**, e depois em revisar pontos da legislação. Ultimamente o Lula está falando em restituir os direitos que foram retirados com a reforma trabalhista. Mas não tem procedência nenhuma falar em restituir os direitos, pondera.

Para o professor da USP, o que está na cabeça de todos dirigentes sindicais é mesmo criar uma nova expressão para o imposto sindical, um novo tipo de contribuição que seja compulsória também.

Segundo ele, há um desentendimento ainda sobre a reforma trabalhista aprovada, que consta com 15 direitos, no artigo 611-A, que podem ser negociados, mas não **impostos**. No artigo 611-B, constam 30 direitos que são absolutamente inegociáveis. Mesmo os direitos que são negociáveis, as partes precisam querer. Se as partes não negociarem, fica valendo o que está na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O debate está mal focalizado porque os candidatos estão partindo do pressuposto que a reforma revogou direitos, afirma Pastore. Entre as mudanças que

foram revogadas pela lei trabalhista, ele cita o fim da contribuição sindical obrigatória, que passa a ser voluntária. Outro item revogado foi um artigo que dizia que a mulher antes de fazer hora extra precisava descansar 15 minutos.

Por outro lado, Pastore pondera que o empresário também tem que entender também que o negociado não é eterno. E vale enquanto estiver em vigor o acordo. Nos seus cálculos, cerca de 90% dos acordos coletivos duram um ano. Depois desse prazo, é preciso negociar novamente.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/alckmin-assume-discussao-trabalhista-em-conversas-reservadas-com-o-empresariado,65f506d1cc1bb2615d74f7a1b38001d2y9p2ntgx.html>

O futuro das entidades empresariais e sindicais (Artigo)

Rubens Barbosa

A mobilização da sociedade brasileira em defesa da democracia, do Estado de Direito e do sistema eleitoral colocou em evidência, entre outras, entidades representativas dos setores industrial e sindical e do agronegócio.

A ação dessas confederações, federações e associações mostrou sua influência e suas contradições, pela diversidade de interesses envolvidos.

Com as profundas transformações econômicas e tecnológicas no mundo e com os desafios internos para a volta do crescimento econômico e do emprego, as agendas para o setor privado nacional mudaram. Essas entidades produzem trabalhos técnicos e defendem com eficiência os interesses conjunturais de seus associados. A percepção sobre essas instituições, porém, está contaminada, em grande parte, pela defesa não do interesse geral do País, mas por interesses setoriais, protecionistas e de ganhos de curto prazo, com a ilusão de que, com isso, poderiam ajudar o setor e a economia a crescer.

O agronegócio e a indústria estão apresentando propostas aos candidatos para a dinamização da economia e o crescimento desses setores, mas as principais sugestões dificilmente terão o respaldo político para a aprovação de legislação no Congresso Nacional. As entidades perderam a capacidade de influir efetivamente em políticas públicas de interesse geral.

Vou comentar especificamente o setor industrial, em vista da situação dramática hoje existente, resultado do esgotamento do modelo que beneficiou o setor nos últimos 60 anos, baseado no protecionismo, representado por barreiras tarifárias e não tarifárias, reserva de mercado, subsídios e incentivos fiscais, política cambial, entre outras políticas governamentais.

Além das questões estruturais (custo Brasil) e do atraso tecnológico, no curto prazo, surgiram problemas com a falta de insumos e a alta da energia e, em especial, com os impactos negativos gerados pela pandemia e pela guerra na Ucrânia.

As entidades representativas da indústria e dos

trabalhadores não tiveram, nos últimos anos, a capacidade de formular propostas para a modernização do parque industrial brasileiro que pudessem sensibilizar os governos de turno. A exemplo do que está ocorrendo hoje em outros países, como os EUA e a França, uma nova política industrial deveria refletir os interesses do País e deveria responder aos desafios globais.

Em coordenação com o governo e o Congresso, para modernizar sua agenda, elas poderiam ter definido uma estratégia para promover a recuperação do setor em consonância com os interesses mais gerais do País. Essa ação poderia terse alicerçado no tripé reindustrialização, agenda de competitividade e abertura da economia, via negociação de acordos comerciais.

A reindustrialização e a modernização industrial serão possibilitadas pela implementação da agenda de reformas estruturais e de aumento da produtividade, que deveria ser complementada com uma verdadeira política industrial que induziria negócios estratégicos de alto impacto econômico e social. Nesse sentido, caberia: fortalecer mecanismos de apoio à indústria como financiamento, compras governamentais e estímulos à produção e à exportação de bens de média e alta tecnologias; definir como áreas prioritárias as indústrias de alto conteúdo tecnológico e inovadoras; identificar nichos de mercado para a nacionalização de produtos essenciais e estratégicos na área da saúde, de farmacêuticos e outras; identificação de áreas para criar cadeias de valor agregado na América do Sul a partir de interesses da indústria nacional; e apoio com políticas públicas para a internacionalização da empresa nacional.

A agenda da competitividade poderia ser levada adiante mediante ação política no Executivo e no Legislativo para a aprovação da **reforma tributária**, o fator mais importante para o aumento da competitividade da economia e das empresas nacionais. Outras políticas incluiriam a isonomia de tratamento entre produtos importados e nacionais; a desburocratização e a simplificação de regras e regulamentos; e apoio a centros de inovação, garantindo a conexão deles com a indústria e as universidades para um trabalho conjunto em áreas estratégicas como inteligência artificial, biotecnologia, incentivos à formação e capacitação de profissionais e

à implantação da tecnologia 5G para acelerar o processo de modernização da indústria.

A abertura da economia deveria ser realizada via acordos comerciais, com a definição de uma política de negociação transparente, com a participação do setor privado e com o objetivo de diversificar mercados e a pauta exportadora e promover a ampliação de empresas exportadoras para reduzir a concentração hoje existente.

A relação das entidades do setor produtivo e sindical com o Estado envelheceu. Criadas em momento diferente do capitalismo brasileiro, elas não acompanharam as mudanças ocorridas na sociedade. A ação política dessas entidades exigirá a revisão da forma de defender seus interesses. Com isso, haveria uma mudança da percepção interna sobre o papel do setor privado num mundo em profunda transformação. As discussões sobre as perspectivas da indústria, do agro e dos serviços não são questões teóricas, mas práticas, e por isso seu foco deveria mudar radicalmente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indústria do aço avança no Brasil e se reinventa em cenário desafiador

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187308

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187308

Presidente cita informações falsas sobre fraude nas urnas e Covid-19 - AGÊNCIA LUPA

Checagem por Bruno Nomura, Carol Macário, Catiane Pereira, Emanuele Bordallo, Iara Diniz, Maiquel Rosau e Nathália Afonso

O presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) foi entrevistado no Jornal Nacional, na TV Globo, nesta segunda (22). No programa, Bolsonaro voltou a defender a atuação do governo federal na pandemia e citou dados sobre sua gestão na economia.

A Lupa checkou algumas das frases ditas pelo presidente na entrevista. A assessoria de imprensa de Bolsonaro foi procurada, mas não respondeu até a conclusão desta edição.

*

"[Em] 2018 houve uma denúncia de fraude, e a senhora Rosa Weber determinou que fosse aberto inquérito pela Polícia Federal para apurar fraude" Jair Bolsonaro (PL), em entrevista ao Jornal Nacional

FALSO

É falso que a ministra Rosa Weber tenha determinado abertura de inquérito para apurar possibilidade de fraude nas eleições de 2018. De fato, uma acusação foi protocolada pelo advogado Ricardo Freire Vasconcellos (requerimento 2018.00.000013829-4) no Tribunal Superior Eleitoral alegando "fraude matemática" nas urnas. No entanto, o requerimento foi analisado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE e arquivado por falta de provas, sem abertura de inquérito.

Outro caso, sem relação com fraudes nas urnas, foi alvo de investigação da Polícia Federal em 2018. Trata-se de um ataque hacker contra o sistema eletrônico do TSE. O inquérito foi aberto a pedido do secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Dutra Janino, em novembro de 2018. A determinação não veio de Weber, que apenas designou uma equipe para constituir uma Comissão de Sindicância a apurar a denúncia.

"A primeira vacina do mundo [contra Covid-19] foi dada em dezembro de 2020. Em janeiro, nós já

estávamos vacinando 110 Brasil"

VERDADEIRO, MAS

A vacinação contra a Covid-19 no Brasil começou em 17 de janeiro de 2021 -41 dias depois de a primeira pessoa do mundo, exceto voluntários em testes, ter recebido o imunizante no Reino Unido, em 8 de dezembro de 2020. Antes do Brasil, no entanto, pelo menos 47 países já haviam iniciado a imunização contra a doença.

Vale pontuar que a primeira vacina contra o SARS -CoV-2 no país foi a CoronaVac, desenvolvida pelo Instituto Butantan, em São Paulo, em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. Essa fórmula foi criticada por Jair Bolsonaro em pelo menos 10 ocasiões antes de ela começar a ser aplicada na população brasileira.

Além disso, a campanha de vacinação começou em ritmo lento. Até 18 de abril de 2021, apenas 4,5% da população tinha recebido a segunda dose das vacinas até então disponíveis.

"Quando foi decidido o que era essencial, o trabalho essencial, eu falei: deve ser todo aquele necessário para um homem e uma mulher levar o pão pra dentro de casa. A própria OMS concordou comigo"

FALSO

Desde 2020, Bolsonaro distorce uma declaração do diretor-geral da OMS (Organização Mundial da Saúde), Tedros Adhanom Ghebreyesus, durante uma entrevista coletiva de 30 de março daquele ano. Na ocasião, o diretor ponderou que, em alguns países, as pessoas mais pobres têm que trabalhar "todo santo dia para conseguir o seu pão". No entanto, não defendeu que todos os trabalhos fossem considerados essenciais.

"Nós pretendemos diminuir impostos de 4 mil produtos em 35% de IPI. (...) É que a proposta parou no Supremo Tribunal Federal"

VERDADEIRO

Em 29 de julho, o presidente Jair Bolsonaro editou um decreto (Nº 11.158/2022) para ampliar o corte nas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 25%, já anunciado em fevereiro deste ano, para 35%.

A medida, no entanto, foi suspensa pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, em 8 de agosto. O magistrado determinou que a redução não valesse para itens que também são produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM).

O ministro argumentou que o decreto poderia impactar na competitividade e no modelo de desenvolvimento regional mantido pela Constituição.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

12

Gastar mais, mas cuidar do Tesouro (Editorial)

Poderia ser a pobreza, o desemprego, a má educação ou a estagnação econômica, mas o primeiro grande alvo a ser atacado pelo presidente recém-eleito, em 2023, pode ser mesmo o teto de gastos. Gastar mais é uma bandeira comum a vários candidatos à Presidência da República. Diante desse fato, especialistas em contas públicas têm-se concentrado em defender critérios mínimos para impedir a devastação das finanças do governo. Embora prevaleça a agenda social, será preciso sinalizar compromisso com o equilíbrio fiscal, segundo a economista Vilma da Conceição Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade ligada ao Senado, e ex-pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O ex-secretário do Tesouro Nacional Mansueto Almeida, hoje economista-chefe do BTG Pactual, defende moderação no dispêndio adicional e obtenção de superávit primário no próximo ano. O saldo primário é a diferença entre despesas e receitas com exclusão da conta de juros.

Um limite de R\$ 70 bilhões nos gastos extras foi sugerido recentemente a economistas do governo - e a candidatos à Presidência - por representantes de instituições financeiras. Vários especialistas têm até admitido o abandono do teto, mas com a adoção de alguma âncora fiscal bem definida e eficaz.

A preocupação é especialmente relevante neste momento, por causa da eleição presidencial, das condições econômicas e sociais internas e da expectativa de um quadro internacional desfavorável em 2023.

Nenhum candidato se opôs, até agora, à manutenção em 2023 do Auxílio Brasil aumentado para R\$ 600. As promessas do atual presidente, candidato à reeleição, incluem a preservação de outros benefícios com elevado custo fiscal. Além disso, bandeiras variadas de combate à pobreza, de socorro aos endividados e de maiores investimentos em programas sociais aparecem nos discursos dos vários candidatos.

Em condições mais favoráveis já seria trabalhoso enquadrar todas essas pretensões num esquema financeiro.

Neste momento esse desafio é bem maior.

Arranjar dinheiro para gastos adicionais poderá ser

especialmente complicado em 2023, segundo Mansueto Almeida. A arrecadação de **tributos** tem sido favorecida pela **inflação** e, de modo particular, pelos altos preços do petróleo e de outros produtos básicos. Se a **inflação** cair e se a redução da atividade global - já se fala em recessão - derrubar severamente os preços das commodities, a receita de **impostos** e contribuições poderá ser muito afetada, adverte o ex-secretário do Tesouro.

A percepção de riscos associados à piora do quadro mundial é difundida no setor financeiro. Se a isso se acrescentar um aumento da incerteza sobre as contas do governo, o financiamento do Tesouro será mais caro, sua dívida tenderá a crescer e, ao mesmo tempo, a fuga de capitais em busca de segurança poderá aumentar. Um dos efeitos será a instabilidade cambial, com encarecimento do dólar e reflexos inflacionários - fenômenos frequentes nos últimos anos, por causa do voluntarismo, dos desmandos populistas do presidente Jair Bolsonaro e de sua custosa parceria com o Centrão.

Não basta, no entanto, a preocupação com as contas de 2023. Um governo responsável tentará garantir a segurança fiscal de longo prazo e, além disso, prover o Tesouro de meios para reagir a desafios especiais. Pode-se pensar em mais de um tipo de âncora, mas a busca de superávit primário será importante elemento de segurança. Além de baratear o financiamento do Estado, esse tipo de política criará a folga necessária para maiores gastos em situações econômicas desfavoráveis.

Com as finanças em bom estado, o governo poderá mais facilmente apoiar a economia em tempos de crise e emergir dessa fase sem muito desgaste.

Para cuidar do longo prazo, o novo governo deverá também esforçar-se para desengessar o Orçamento, quase todo comprometido com despesas obrigatórias. Além disso, terá de priorizar uma reforma do sistema tributário, para torná-lo mais simples, mais justo e mais adequado à integração internacional.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Elites e a corrupção legalizada - MICHAEL FRANÇA

MICHAEL FRANÇA

Corrupção é um conceito amplo, e costuma ser pensado como o conjunto de práticas voltadas para usar dinheiro público com o propósito de gerar ganhos privados para indivíduos e, eventualmente, para suas famílias.

Também é um termo comumente empregado para definir o uso ilegítimo do poder público com o intuito de autofavorecimento. Porém, olhar somente para o que é feito dentro dos limites da lei é uma forma um pouco limitada de encarar a realidade.

Aquilo que é certo ou errado costuma ser uma função das vontades dos setores mais influentes da sociedade que, em última instância, tendem a definir as leis e moldar o funcionamento do Estado de forma a atender seus próprios interesses.

Uma série de convenções que foram historicamente institucionalizadas pelos grupos mais proeminentes conduz a um amplo conjunto de vantagens, geralmente indevidas, porém dentro da lei, somente para uma pequena parcela da população.

O aparato institucional, que deveria ser um meio de orquestrar o equilíbrio social, gerar oportunidades equânimes de desenvolvimento e reger o progresso, também contribui para a manutenção da apropriação do poder público pelas elites.

Quando consideramos a corrupção legalizada, o cenário brasileiro fica ainda mais emblemático. Nosso sistema político é corrompido. A desigualdade reforça ao longo do tempo a concentração de influência e leva ao aprofundamento da subversão da justiça social. Não faltam aqui exemplos de grupos que vivem em uma espécie de simbiose com o Estado.

Não é por acaso que a oferta de muitos bens públicos de melhor qualidade está localizada em regiões mais ricas dos espaços urbanos. Por sua vez, é possível criar vários outros meios de favorecer certos grupos no uso do dinheiro público.

As universidades públicas, por exemplo, foram durante grande parte de nossa história um espaço dominado pelas elites. Apesar dos avanços recentes na representatividade discente, o mesmo não se pode

dizer em relação a seu corpo docente.

Além disso, bancamos altos salários de alguns cargos do funcionalismo público em que o retorno para sociedade não reflete seu custo. Em relação aos impostos, há considerável dificuldade de torná-los mais progressivos e, assim, onerar em maior proporção aqueles que possuem alta renda e que costumam ser os mesmos que são contemplados com subsídios e créditos baratos do governo em projetos com inexpressiva capacidade de gerar valor para sociedade.

A baixa taxação das heranças é somente mais um exemplo da hipocrisia de uma elite que se diz merecedora do que possui, apesar de que parte considerável de seu patrimônio representar apenas o legado do trabalho de terceiros e, não raramente, obtida por meio de algum conluio com o poder público.

Existe uma inaptidão moral por parte de muitos cidadãos em se comprometer com o bem comum e uma alta predisposição em usar o Estado para obter significativas vantagens privadas. A incapacidade de ir além das práticas corriqueiras voltadas para aumentar a gratificação pessoal parece ser uma das marcas de nossas elites.

Apesar disso, tivemos alguns avanços. Os filhos dos porteiros saíram das universidades e passaram a disputar espaço com os filhos da elite. Os mais desfavorecidos tiveram ganho no poder de compra. As empregadas domésticas começaram a pegar o mesmo avião da patroa.

Curiosamente, no mesmo período, as elites resolveram sair para as ruas para protestar contra a corrupção sistêmica. Escolheram um alvo e contribuíram para eleger um presidente que, além de corrupto, é um dos mais estúpidos da nossa história.

No final, fica a questão: a suposta indignação com a corrupção foi verdadeira ou somente um pretexto para recuperar alguns privilégios?

•

O texto é uma homenagem à música "Nos barracos da cidade", composta por Gilberto Gil e Liminha, interpretada por Gilberto Gil.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

12

Pacote anti-inflação reanima fundos verdes e turбина emprego nos EUA

ALINE BRONZATI CORRESPONDENTE/NOVA YORK
ILANA CARDIAL SÃO PAULO

O Inflation Reduction Act, pacote contra a subida dos preços nos Estados Unidos e que garante investimento histórico na agenda climática, já transformado em lei, começa a atrair recursos para o setor de energia limpa. Enquanto no mercado financeiro fundos de investimento dedicados ao segmento e que somavam resgates antes de o projeto ser aprovado mudaram de direção, no front corporativo há a expectativa de novas empresas e centenas de milhares de contratações na esteira dos US\$ 369 bilhões que serão dedicados à segurança energética e combate às mudanças climáticas na maior economia do mundo.

Por outro lado, setores como os de cuidado à saúde, tecnologia da informação e petróleo e gás tendem a ser impactados negativamente pelo aumento de **impostos**.

Os investidores já começam a olhar com mais atenção para a agenda verde após o projeto virar lei. Nas duas semanas anteriores ao anúncio do pacote, no dia 27 de julho, os fundos de energia limpa nos EUA estimaram saídas líquidas de US\$ 223 milhões, de acordo com a casa de análise norte-americana Morningstar. Do dia seguinte a 10 de agosto, porém, o fluxo se inverteu, e os 23 fundos de energia limpa no país atraíram entradas líquidas estimadas em US\$ 433,6 milhões. "Desde que o acordo climático foi anunciado, os investidores correram para esse grupo de fundos", diz o diretor de investimentos sustentáveis da Morningstar, Jon Hale.

Uma maior atração de recursos também já foi notada no mercado de ações. O iShares Global Clean Energy ETF ICLN, que compreende investimentos globais em energia limpa, passou de uma saída estimada de US\$ 17,6 milhões para uma entrada de US\$ 22,3 milhões no período. Por sua vez, o iShares Global Energy ETF IXC, portfólio de ações tradicionais de energia baseadas em combustíveis fósseis, fez o movimento contrário, revertendo entradas estimadas em US\$ 9,6 milhões para uma saída de US\$ 75,9 milhões.

FUNDOS VALORIZADOS.

"O anúncio também impulsionou o desempenho dos

fundos de energia renovável", afirma Hale, da Morningstar.

Nas duas semanas anteriores, os fundos de energia limpa já estavam em alta, acompanhando o desempenho do mercado de ações em julho, com um retorno médio de 5,4%. Desde o anúncio do pacote, entre 28 de julho e 10 de agosto, porém, a rentabilidade média avançou para 13,7%.

No front corporativo, o investimento bilionário em energia limpa deve impulsionar o número de empresas e de contratações no setor. Estimativas iniciais apontam para a possibilidade de criação de 300 a mil novas companhias voltadas ao segmento nos Estados Unidos.

Contraste

13,7% é quanto subiu a rentabilidade média dos fundos de energia renovável nos EUA desde o anúncio do pacote

US\$ 223 mi é quanto os fundos tinham perdido nas duas semanas anteriores ao anúncio, conforme a Morningstar

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado reduz projeção de inflação para 2023 após 19 semanas de alta

GABRIEL SHINOH ARA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Piauí com olho no futuro - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Com relação aos debates eleitorais, lembrei, em discussão recente com meus colegas de profissão piauienses, pelo Dia do Economista, que, na escolha setorial, deveriam merecer carimbo de prioridade máxima os chamados serviços de infraestrutura, onde, após tanto descaso, estamos perto da situação de virtual terra arrasada.

Primeiro, porque os investimentos públicos há muito simplesmente desabaram, enquanto os privados, em que pese a concretização do leilão do Aeroporto de Congonhas, vêm oscilando em torno de uma média insignificante para as nossas necessidades, ao redor de 1% do **PIB** por ano. Na área pública, quando também medidos em % do **PIB**, do final dos anos 80 para cá, a queda foi de 5,1 para 0,7, ou seja, 7 vezes, em termos mais do que reais! Daí o crescimento do **PIB** ter caído do final dos anos 80 para o início dos 90, de 8 para algo próximo de 1% ao ano nessa última fase. Um vexame...

Lembro que investir em infraestrutura incrementa o **PIB** duplamente, por ampliar a capacidade de produção e aumentar a produtividade, isto é, o produto por real investido. Pouco conhecida é a constatação de que, com base em uma amostra gigantesca de países, quanto maior o investimento nessa área, e sua qualidade, menos desigual a distribuição de renda.

O que estamos esperando?

Qual é o melhor caminho para iniciar o enfrentamento desse problema? Do lado público, é preciso entender que, após a Carta de 1988, o País escolheu privilegiar segmentos intensivos em gastos correntes. Nesses se destaca o item previdência pública, onde vale o seguinte.

São gigantescos os desequilíbrios dos mais de 2.000 regimes próprios de previdência, em 26 Estados, no DF e em cerca de 2.100 municípios.

Estimativas recentes revelam déficits financeiros anuais totais de R\$ 175,4 bilhões sendo 78,8 na União, 88,7 nos Estados inclusive o DF, e os restantes R\$ 7,9 bilhões nos municípios. Já os passivos atuariais que deveriam tender a zerar um dia são da ordem de R\$ 4,3 trilhões para o total, com 1,2 na

União, 2,1 nos Estados inclusive o DF, e R\$ 1,0 trilhão nos municípios.

Medidos por pessoa segurada (em R\$ mil), os passivos se distribuiriam atualmente da seguinte forma: União: 839; Estados inclusive DF: 454; e municípios: R\$ 287 mil.

A principal consequência da crise fiscal decorrente da subida dos gastos previdenciários é exatamente a redução do investimento público.

Além dos impactos diretos de redução do emprego, isso traz impactos mais estruturais na competitividade e no investimento privado.

Portanto, o ajuste fiscal, que deve ter como principal vetor o equilíbrio previdenciário, deveria estar associado a um plano de retomada do investimento, sob modelos mais modernos e criativos, integrados com investimentos dos fundos capitalizados de previdência, concessões e parcerias público-privadas.

Como dito acima, o desajuste previdenciário está em todos os entes públicos.

Pela minha origem, sou suspeito para falar assim, mas pelos vários casos que tenho acompanhado de perto, o do Piauí se destaca como um dos que mais têm avançado no ajuste previdenciário (e, portanto, nas possibilidades de aumentar o investimento).

Sob a liderança inicial do bem conhecido Wellington Dias, a atual administração resolveu atacar o problema com afinco, agora pelas mãos da antes vice e atual governadora em exercício, a diligente Professora Regina Sousa, com quem convivi nos anos 60 em Parnaíba, minha cidade natal, parecendo a administração Wellington-Regina ser a que talvez mais tenha aprofundado a reforma de regras no confronto com a reforma federal, conforme a Emenda 103/19, tema, como se sabe, ultra sensível do ponto de vista do desgaste político.

Mas o grande destaque do ajuste previdenciário piauiense, em fase de conclusão, dependendo ainda de aprovação final na assembleia local, no que talvez também não haja similares no resto do País, em termos de gestão previdenciária pública, são as inovações em matéria de aporte de ativos e recebíveis

à previdência, sem falar nas novidades em termos de segregação de massas de servidores, conforme possibilidade considerada válida pela legislação regulatória federal, para fechar o equacionamento da previdência estadual de forma única.

Graças a isso, estimativas preliminares indicam que, de um déficit previdenciário que havia crescido, após descontar a **inflação** decorrida, de R\$ 0,4 a 1,6 bilhão, entre 2006 e 2019, ou seja, 4 vezes, esse indicador crítico deva se reduzir a apenas R\$ 0,2 bilhão em 2022, atingindo a média de R\$ 0,6 bilhão na década seguinte, ou seja, em 2023- 32. Essa última marca deverá representar apenas 37% do pico observado em 2019.

Nessas condições, o espaço para investir em infraestrutura, prioridade central dos próximos mandatos, poderá aumentar fortemente até 2032, passando essa variável de R\$ 0,7 bilhão em 2019, para o pico médio de R\$ 1,9 bilhão (ou seja, 2,7 vezes a marca de 2019, a preços de 2020) em 2022- 24, ou para a marca média de R\$ 1,7 bilhão, se considerarmos a década seguinte (2022-32), representando não menos do que 2,4 vezes o valor observado em 2019.

Um baita sucesso!

A fome está escancarada (Editorial)

A pouco mais de um mês das eleições presidenciais, o Palácio do Planalto convocou o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Erik Alencar Figueiredo, para tentar combater o óbvio: que o Brasil voltou ao mapa da fome e milhões de famílias vivem em insegurança alimentar. De posse de dados sem base técnica, ele apresentou um estudo que não teve o endosso da maior parte dos servidores do instituto, sempre visto como referência no debate econômico do país.

O argumento de Figueiredo, que foi subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Economia, é de que o aumento da fome deveria ter resultado em um choque expressivo de internações por doenças decorrentes da desnutrição e um número maior de nascimentos de crianças com baixo peso.

Para ele, que é economista, se o avanço da insegurança alimentar e da desnutrição não tem impactado os indicadores de saúde ligados à prevalência da fome, há que se contestar a literatura especializada.

A proximidade das eleições pode até justificar tal posição, contudo, não há como contestar a realidade das ruas e o bom senso. Basta uma simples pesquisa para se constatar como os brasileiros estão tendo dificuldades para levar comida à mesa. A miséria está em todas as esquinas das grandes cidades, nas periferias e mesmo em municípios menores. O desemprego elevado por um longo período, a inflação próxima de 10% ao ano, os juros escorchantes e a renda em queda afligem mais da metade dos lares do país.

Não foi por acaso que o governo correu para ampliar o valor do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600, meses antes de os eleitores cravarem os votos nas urnas eletrônicas. Sabe-se que o aumento da miséria é um empecilho para qualquer governante que queira se manter no poder. O alívio com esse reajuste, porém, será temporário para os beneficiários do programa, pois, a despeito da redução dos preços dos combustíveis, medida que beneficia mais a classe média, a carestia dos alimentos se mantém.

A mesma literatura que o presidente do Ipea agora questiona, reforça que não há programa social que resista com inflação alta. O poder público, infelizmente, deixou o custo de vida subir sem tomar as medidas adequadas e só interveio quando as eleições efetivamente entraram no radar. Mais: pelo

menos 1 milhão de pessoas sequer foram contempladas pelo Auxílio Brasil.

Continuam à espera de um socorro que tão cedo não chegará. Assim como essas pessoas são invisíveis aos olhos daqueles que controlam os benefícios sociais, também dificilmente aparecem nas estatísticas das mortes pela miséria.

Em vez de ficar brigando com os fatos, não apenas o presidente do Ipea, mas todo o governo e os candidatos à Presidência da República devem apresentar programas contundentes para reverter as mazelas que destroem famílias.

Num país em que a fome e a miséria estão escancaradas, é aviltante a disseminação de notícias falsas, a manipulação dos fatos e debates vazios. O Brasil da insegurança alimentar, daqueles que não sabem o que é comer há dias - como o menino de 11 anos que ligou para a polícia por estar faminto -, tem pressa. Os pobres merecem respeito e eles são 52% do eleitorado.

A fome está escancarada (Editorial)

A pouco mais de um mês das eleições presidenciais, o Palácio do Planalto convocou o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Erik Alencar Figueiredo, para tentar combater o óbvio: que o Brasil voltou ao mapa da fome e milhões de famílias vivem em insegurança alimentar. De posse de dados sem base técnica, ele apresentou um estudo que não teve o endosso da maior parte dos servidores do instituto, sempre visto como referência no debate econômico do país.

O argumento de Figueiredo, que foi subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Economia, é de que o aumento da fome deveria ter resultado em um choque expressivo de internações por doenças decorrentes da desnutrição e um número maior de nascimentos de crianças com baixo peso. Para ele, que é economista, se o avanço da insegurança alimentar e da desnutrição não têm impactado os indicadores de saúde ligados à prevalência da fome, há que se contestar a literatura especializada.

A proximidade das eleições pode até justificar tal posição, contudo, não há como contestar a realidade das ruas e o bom senso. Basta uma simples pesquisa para se constatar como os brasileiros estão tendo dificuldades para levar comida à mesa. A miséria está em todas as esquinas das grandes cidades, nas periferias e mesmo em municípios menores. O desemprego elevado por um longo período, a inflação próxima de 10% ao ano, os juros escorchantes e a renda em queda afligem mais da metade dos lares do país.

Não foi por acaso que o governo correu para ampliar o valor do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600, meses antes de os eleitores cravarem os votos nas urnas eletrônicas. Sabe-se que o aumento da miséria é um empecilho para qualquer governante que queira se manter no poder. O alívio com esse reajuste, porém, será temporário para os beneficiários do programa, pois, a despeito da redução dos preços dos combustíveis, medida que beneficia mais a classe média, a carestia dos alimentos se mantém.

A mesma literatura que o presidente do Ipea, que é economista, agora questiona, reforça que não há programa social que resista com inflação alta. O poder público, infelizmente, deixou o custo de vida subir sem tomar medidas adequadas e só interveio quando as eleições efetivamente entraram no radar. Mais: pelo menos 1 milhão de pessoas nem sequer foram contempladas pelo Auxílio Brasil. Continuam à

espera de um socorro que tão cedo não chegará. Assim como essas pessoas são invisíveis aos olhos daqueles que controlam os benefícios sociais, também dificilmente aparecem nas estatísticas das mortes pela miséria.

Em vez de ficar brigando com os fatos, não apenas o presidente do Ipea, mas todo o governo e os candidatos à Presidência da República devem apresentar programas contundentes para reverter as mazelas que destroem famílias. Num país em que a fome e a miséria estão escancaradas, é aviltante a disseminação de notícias falsas, a manipulação dos fatos e debates vazios. O Brasil da insegurança alimentar, daqueles que não sabem o que é comer há dias - como o menino de 11 anos que ligou para a polícia por estar faminto -, tem pressa. Os pobres merecem respeito e eles são 52% do eleitorado.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/23/08/2022/p1>

Em uma década, renda média do trabalho só cresceu na agropecuária

Heloísa Mendonça e Leonardo Vieceli BELO
HORIZONTE E RIO DE JANEIRO

Em um período de dez anos, a renda média do trabalho no Brasil só cresceu para o setor que envolve a agropecuária. É o que indicam dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

No segundo trimestre de 2022, o rendimento médio real da população ocupada foi estimado em R\$ 1.690 na atividade de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. O valor é 12,7% superior ao de igual intervalo de 2013 (R\$ 1.500). Ou seja, houve ganho de R\$ 190, em média, na década. Os cálculos levam em conta a **inflação**.

Enquanto isso, as outras dez atividades analisadas na Pnad mostraram relativa estabilidade ou queda na renda na mesma comparação.

A pesquisa é divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e contempla tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal -ou seja, desde os empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos.

A variação positiva da renda no campo está associada em grande parte à valorização das commodities agrícolas na pandemia, indica o economista Vitor Hugo Miro, professor do Departamento de Economia Agrícola da UFC (Universidade Federal do Ceará). "A valorização de grãos como milho e soja trouxe reflexos para o mercado de trabalho", diz.

Outro fator que explica o desempenho é o ganho de produtividade mais intenso da agropecuária na comparação com indústria e serviços, afirma o economista Ely José de Mattos, professor da Escola de Negócios da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). "Do ponto de vista da produtividade, a agropecuária respondeu muito mais do que serviços e indústria."

Felippe Serigati, professor e pesquisador da FGV Agro, concorda que o setor ficou mais produtivo e dinâmico com a incorporação de tecnologia.

"Houve uma combinação. Do lado da oferta, temos um setor que foi se sofisticando e contratando mão de

obra mais qualificada. E, do outro, o país se deparou nos últimos anos com uma demanda aquecida, em que a China responde por uma fração importante, resultando em um mercado de trabalho mais aquecido, com uma remuneração maior", diz.

Serigati ressalta ainda que o setor da agricultura se mostrou bastante resiliente nos últimos dez anos, sendo capaz de atravessar uma série de turbulências: recessão, greve dos caminhoneiros e pandemia.

"Nada disso teve um grande efeito. A agropecuária tem uma interface grande com o setor externo, que possui uma demanda gigante por produtos que o Brasil consegue produzir", afirma.

Joni Ricardo Gonçalves, 37, resolveu apostar há cerca de seis anos na produção de alimentos como alface, rúcula e agrião de Araquari (a 168 km de Florianópolis). Ele trabalha com a esposa e um sobrinho.

Antes de ingressar na agricultura, Gonçalves trabalhava em uma empresa de refrigeração que fechou as portas. Para mudar de área, ele teve de buscar qualificação em cursos e investir nos cerca de 2,5 mil metros quadrados de estufas.

A perspectiva em termos de renda, diz, é positiva. "E, em questão de qualidade de vida, a situação melhorou muito."

Rafael Mesquita também encontrou na agricultura um novo estilo de vida. Ele se mudou em 2016 para o campo, em São Lourenço da Serra, na região metropolitana de São Paulo, para criar uma produção agroecológica, com hortaliças, ovos e algumas frutas, dentro de um sistema de agro-floresta. Com outros agricultores da região, ele vende cestas de alimentos orgânicos.

"Acho que essa mudança foi boa, mais que financeiramente, para a qualidade de vida da família. Financeiramente é um processo de construção como em qualquer outro lugar, mas a qualidade de vida é muito melhor", diz.

Serigati avalia que a renda gerada pelo setor também dinamiza as economias em que o mercado está inserido.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50012>

Na média de todas as atividades pesquisadas na Pnad, a renda do trabalho principal foi calculada em R\$ 2.575 no segundo trimestre deste ano.

E o menor nível para o período de abril a junho na série histórica, iniciada em 2012. Houve baixa aproximada de 3,5% frente ao segundo trimestre de 2013 (R\$ 2.667).

Antes da pandemia, lembram economistas, a renda já sinalizava dificuldades para avançar em meio a uma sucessão de turbulências que atingiram a economia brasileira.

Entre as atividades pesquisadas pelo IBGE, a maior queda no rendimento em dez anos foi registrada por alojamento e alimentação.

No segundo trimestre de 2022, a renda no setor foi estimada em R\$ 1.713. O valor equivale a uma perda de 14% ante igual intervalo de 2013 (R\$ 1.992). "O setor de alojamento e alimentação sofreu muito na década. Houve a crise de 2015, depois a pandemia. É uma atividade que depende muito da renda da população", analisa Miro, da UFC.

Embora tenha crescido, o rendimento médio da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (R\$ 1.690) ainda é o segundo menor entre os segmentos pesquisados pelo IBGE. Só superou o de serviços domésticos (R\$ 1.034) no segundo trimestre de 2022.

Na ponta de cima da lista, a maior renda foi registrada em informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas. A quantia no segundo trimestre deste ano foi estimada em R\$3.809.

Para Miro, a melhora da renda no geral exige esforços que vão além da criação de empregos. O país também precisa avançar na qualificação da mão de obra, diz o professor.

"Não basta só permitir o acesso à escolaridade. É extremamente importante qualificar a mão de obra de uma maneira mais profissional", avalia.

Mattos, da PUC-RS, também chama atenção para a necessidade de avanços na educação. Segundo ele, a melhoria na área é necessária para o crescimento da renda no longo prazo. "A educação tem de vir primeiro", diz. "Claro, também são necessários outros ajustes em questões como simplificação da matriz tributária e infraestrutura."

Site:

Renda em uma década

Rendimento médio habitual do trabalho por atividade, com o desconto da inflação, em R\$

	2º tri.2013	2º tri.2022	Variação, em %
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.500	1.690	12,7
Serviço doméstico	1.041	1.034	-0,7
Outros serviços	2.150	2.114	-1,7
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	3.892	3.809	-2,1
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais	3.818	3.721	-2,5
Indústria geral	2.744	2.557	-6,8
Comércio, reparação de veículos e motocicletas	2.367	2.185	-7,7
Atividades mal definidas	1.902	1.741	-8,5
Transporte, armazenagem e correio	2.891	2.582	-10,7
Construção	2.385	2.091	-12,3
Alojamento e alimentação	1.992	1.713	-14
Total	2.667	2.575	-3,5

Fonte: IBGE

Economistas preveem inflação no Brasil abaixo de 7% em 2022

A projeção para a **inflação** no Brasil neste ano foi abaixo de 7% em meio à perspectiva de uma queda mais intensa para os preços administrados, de acordo com a pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (22).

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou que a expectativa para a alta do IPCA em 2022 agora é de 6,82% -era 7,02% na semana anterior. A perspectiva para os preços administrados passou a um recuo de 1,80%, contra queda de 1,12% calculada antes.

Os ajustes se dão na esteira de medidas do governo para controlar a **inflação**. No entanto, o resultado ainda fica bem acima do teto da meta, que é de 3,5% para 2022 com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para 2023 a conta para a **inflação** teve ligeira queda de 0,05 ponto percentual e agora é de 5,33 %, também acima do objetivo, cujo centro nesse caso é de 3,25%, com a mesma margem. Em relação ao **PIB** (Produto Interno Bruto), a estimativa de alta para este ano teve ajuste de 0,02 ponto para cima, a 2,02%, mas para 2023 o cenário piorou em 0,02 ponto, para 0,39%.

A pesquisa mostrou ainda que a taxa básica de juros deve terminar 2022 no atual patamar de 13,75%, caindo a 11% no final de 2023, sem alterações em relação à semana anterior. Camila Moreira

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

12

Por que o comércio entre Brasil e Portugal não cresce? (Artigo)

Rodrigo Tavares Fundador e presidente do Granito Group; professor catedrático convidado na NOVA School of Business and Economics, em Portugal. Nomeado Young Global Leader pelo Fórum Econômico Mundial, em 2017

Desde que assumiu funções em 2016, o presidente de Portugal já visitou o Brasil cinco vezes, com a sexta visita já confirmada para setembro. Um recorde diplomático. A cada visita, defende a necessidade de reforçar as relações comerciais, além dos laços de amizade. É uma coreografia recorrente. Há pelo menos meio século que os dois países se alternam em iniciativas para fomentar o comércio bilateral. Assinam-se acordos comerciais. Chefes de governo soltam o verbo celebratório. Brotam as confederações, federações e associações comerciais. Organizam-se centenas de visitas, seminários e eventos empresariais. O bailado vai-se eternizando de cúpula em cúpula. Mesmo com pouco público e aplausos tímidos, resiste.

O fluxo comercial entre os dois países é limitado. Portugal representa apenas 0,9% das exportações e 0,4% das importações brasileiras. Em 2021 e 2020 o Brasil importou menos de Portugal do que em 2012 e 2011. Entre nações europeias de dimensões comparáveis, o Brasil importa mais da Suécia, Áustria, Suíça ou Bélgica. É verdade que, entre o final de 2021 e o primeiro semestre de 2022, houve um crescimento expressivo das exportações brasileiras, mas deve-se apenas ao aumento das vendas de petróleo, um fenômeno circunstancial.

Lê-se no luminoso livro "Arrancados da Terra", de Lira Neto, que a Companhia Geral do Comércio do Brasil, criada em 1649, detinha a "exclusividade na exportação de produtos tipicamente portugueses, como azeite, vinho, cereais e bacalhau". Desde então o Brasil mudou. Portugal também. Mas as exportações portuguesas continuam baseadas nos mesmos produtos. Entre os cinco mais exportados por Portugal para o Brasil, figuram o azeite (1º), o vinho (3º) e o bacalhau (4º).

As razões talvez não sejam difíceis de inferir. O Brasil, com mercado interno forte, é o país mais fechado do mundo, em relação a todos os países comparáveis, na área do comércio. Enquanto a Bélgica, por exemplo, comercializa 130% do seu PIB (e Portugal, 85%), a

soma das exportações e importações no Brasil equivale a apenas 24% do PIB. Em todo o mundo só não fica atrás do Sudão e da Nigéria.

Outra dificuldade: empresários portugueses sofrem de complexo de Jocasta, a personagem da mitologia grega que nutria um desejo obsessivo pelo filho. São acometidos por uma predisposição para acreditar que a cultura é comum e que, por isso, existe um relacionamento histórico que gera um saldo de expectativas positivas. Acreditando que partem de uma posição competitiva vantajosa, é difícil reprimirem o impulso para a grande ambição e a pequena altivez. Além disso, muitos empresários portugueses desconhecem o seu nível de desconhecimento sobre o Brasil, um país espinhento, melindroso e escarpado do ponto de vista tributário, logístico, político e jurídico.

Entre 190 países, é o 124º onde é mais difícil fazer negócios (dados do Banco Mundial).

Para ajudar a ultrapassar estes problemas estruturais e culturais, seria esperado que as infraestruturas públicas de apoio fossem robustas. Mas não o são. As embaixadas e consulados de Portugal e Brasil, juntamente com as delegações da Aicep e da ApexBrasil, têm uma atuação limitada e analógica, quando comparada com outros países de porte semelhante.

Numa relação fundeada no poder simbólico da palavra e no asceticismo da história comum, no 7 de setembro, o discurso do presidente de Portugal celebrará, liturgicamente, os eternos laços de amizade fraterna entre os dois países. E, tal como fizeram todos os seus antecessores, defenderá o fortalecimento do comércio bilateral.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50012>

No "JN", Bolsonaro nega atos na pandemia e reluta em aceitar resultado da eleição



O presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição pelo PL, manteve em entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo, o discurso de questionamento às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral brasileiro. Provocado a se comprometer em aceitar o resultado das eleições, Bolsonaro relutou. Disse que respeitaria, mas impôs uma condição: "Desde que as eleições sejam limpas e transparentes".

O presidente inaugurou a série de entrevistas no JN, que recebe os principais presidenciáveis ao longo da semana. Logo no começo da entrevista, o candidato citou supostos dados de um inquérito da Polícia Federal sobre as urnas que, até agora, não encontrou indício relevante de fraude. O presidente afirmou: "Eu quero é transparência nas eleições. Vocês, com toda a certeza, não leram o inquérito de 2018 da Polícia Federal que está, inclusive, inconcluso. Se você pode colocar uma tranca a mais na sua casa para evitar que ela seja assaltada, você vai fazer ou não? Esse é o objetivo do que eu tenho falado sobre o Tribunal Superior Eleitoral".

Em comparação com a sabatina de 2018, os âncoras William Bonner e Renata Vasconcellos foram menos aguerridos nas perguntas e no tratamento ao entrevistado. Mas mantiveram o tom enfático e a constância crítica nos questionamentos.

Bolsonaro trazia uma cola na palma da mão esquerda, em que se liam as palavras Nicarágua, Argentina, Colômbia e o nome do doleiro Dario Messer.

Em alguns momentos demonstrou irritação com os questionamentos dos jornalistas, mas manteve a calma na maior parte do tempo. Pareceu aliviado ao fim da entrevista, quando sorriu.

O presidente tentou logo dizer que Bonner estava fazendo "fake news" ao lembrar que o presidente

xingara ministro do Supremo. O jornalista sorriu.

E declarou ao presidente que ele chamou de "canalha" o ministro Alexandre de Moraes, atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Bolsonaro justificou-se dizendo que Moraes conduzia uma investigação ilegal. Pôs em dúvida a legitimidade do ciclo eleitoral das eleições de 2014 e de 2018 sem apresentar provas e declarou que quem irá decidir a questão da transparência na auditoria das urnas eletrônicas no Brasil serão as Forças Armadas. Segundo ele, tudo se resolveria após o encontro de hoje entre o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio de Oliveira, e Moraes.

O TSE afirma que "nenhum caso, até hoje, foi identificado e comprovado" e órgãos como Ministério Público e PF "têm a prerrogativa de investigar o processo eleitoral e já realizaram auditorias independentes".

PANDEMIA. Questionado depois sobre sua atuação na pandemia, o presidente mentiu ao afirmar que não imitou doentes de covid-19 sufocando, sem ar, durante uma de suas lives. Bolsonaro negou ainda que tenha desprezado as vacinas e tentou apresentar seu governo como o responsável pela distribuição de 500 milhões de doses dos imunizantes.

Ao falar de meio ambiente, o presidente negou que o Brasil seja um país destruidor de florestas.

Disse que há abusos do Ibama ao destruir equipamentos apreendidos pelo órgão por derrubar árvores ilegalmente na Amazônia, afirmou que potências europeias também lidam com incêndios em suas florestas e admitiu que a maior parte dos incêndios no Brasil é de origem criminoso.

"Quando se fala em Amazônia, por que não se fala na França, que há mais de 30 dias está pegando fogo? Assim como Espanha e Portugal. Califórnia pega fogo todo ano. No Brasil, infelizmente, não é diferente, acontece. Grande parte disso aí é criminoso, eu sei disso." Ao tratar da economia, pôs a culpa pela **inflação**, alta do dólar e dos juros na pandemia e na guerra da Ucrânia e tentou se apresentar como o responsável pelo auxílio emergencial pago durante a pandemia, além de se dizer que obteve a redução do

preço da gasolina.

PIX. Em duas oportunidades, o presidente voltou a disputar a paternidade de duas outras medidas.

Disse que fez o Pix "tirando dinheiro dos banqueiros" e afirmou que fez a transposição do Rio São Francisco, afirmando que ela estava parada desde 2012, o que não é verdade.

Em 10 de março de 2017, Michel **Temer** (MDB) inaugurou o eixo leste da transposição - as obras começaram em gestões petistas. No caso do Pix, o desenvolvimento do sistema começou sob **Temer**.

Durante a entrevista foram registrados painéis em diversas cidades do País.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Compromisso com condição

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fome e memória blindam lulismo no nordeste

MARINA DIAS *politica@oglobo.com.br* Especial para O
GLOBO FOTOS MARIA ISABEL OLIVEIRA *maria.araujo@oglobo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Orçamento de 2023

MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula promete rediscutir acordo entre Mercosul e União Européia, se eleito

Ricardo Mendonça e Fabiana Novello

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187308?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187308?page=1§ion=1

Economia reage, mas deixa problemas para o próximo ano (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187308?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187308?page=8§ion=2